



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59

A quinquagésima nona reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezesseis de fevereiro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos. **Compareceram** os conselheiros: Secretária de Estado Jussara Cony, SEMA – Presidência; Secretário de Estado Adjunto Oscar G. Escher, SOP – Vice-Presidência; Danilo Rheinheimer, Secretaria da Agricultura – representante; Elmar Sand, Secretário de Estado Adjunto da Saúde - representante; Marta Herminia M. Dias, SEDAI-SDPI – representante; Pedro Homero Flores Obelar – SEMC – representante; Luciano Andreatta C. Da Costa, Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT – representante; Luciane Sant’Anna Peralta, Casa Civil – representante; Ana Cristina Mascarenhas, Sistema Nacional de Recursos Hídricos – titular; Teresinha Guerra, Comitê Lagoa Guaíba – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Zuleica S. Dos Santos, Comitê Ijuí; titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Claud Ivan Goellner, Comitê Alto Jacuí – titular; Cláucia Kappler, Comitê Turvo-Santa Rosa - Santo Cristo – titular. **Ausentes:** Secretaria dos Transportes; Secretaria do Planejamento e Gestão. **Ausência Justificada:** Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente - IBAMA. **Demais participantes:** Leda Famer, Comitê Tramandaí; José Alberto Vieira, Comitê, Piratinim; Paulo Paim, METROPLAN; Fernando Lague, Comitê Litoral Médio; Maurício Colombo, Comitê Gravataí, Sergio Miotto, Lenison Maroso e Vanderlei Decian, Comitê Apuaê-Inhandava; Tomaz Galvão de Bem, Comitê Ijuí; Ivo Mello, Comitê Ibicuí; Julio Salecker, Comitê Taquari-Antas; Henrique Kotzian, Ecoplan Engenharia; Guilherme Barbosa, SEHADUR, Heloisa Fiori, DRH/SEMA; Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Mario Damé, Comitê Camaquã; Silvana de Freitas Ferreira, UNILASALLE; Vania Oliveira, Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretaria Executiva do CRH/RS. A Presidenta Jussara Cony cumprimentou a todos, apresentou-se e convidou ao Vice-Presidente para se apresentar. Oscar Escher cumprimentou a todos, informou ser arquiteto e Secretário Adjunto de Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano e por indicação do Secretário Busato para esse Conselho, por orientação do Sr. Governador trabalham muito próximos as demais secretarias na transversalidade. Pelo nome, a SOP tem essa vocação de trabalhar e colaborar com a sociedade na gestão das águas, fazer gestão territorial com olhar sobre as águas. E colocou-se a disposição da Presidente e do CRH para o que for necessário. A presidente Jussara informou ser farmacêutica formada pela UFRGS, funcionária também por trinta e cinco anos da UFRGS. Com especialização Farmacêutica Industrial de Alimentos e medicamentos e mestrado em ciências farmaceuticas controle industrial de medicamentos. Na vida pública foi vereadora de Porto Alegre por um mandato e quatro mandatos de deputada estadual e a última foi por designação do presidente Lula administrar o Grupo Hospitalar Conceição, no período de três anos. E agora nesta honrosa tarefa, chamada pelo Governador Tarso Genro, dirigir a SEMA. Pediu desculpas por alguma falha na sua estreia no CRH. Reforçou que na mesma implitude o que o RS elegeu um projeto de governo para o Estado, considerado um projeto de reconstrução do Estado, é a mesma amplitude que pretendem governar. A ideia de governo para a SEMA e para as suas Fundações e a SOP presente é o desenvolvimento sustentável. Destacou cinco projetos prioritários que a SEMA deva se debruçar e dar a sua contribuição: o primeiro é um planejamento estratégico para a política estatal de gestão ambiental. Recolhem os feitos da SEMA desde a sua criação e pretendem fortalecer os mecanismos da política de gestão ambiental com a participação efetiva da sociedade e o CRH é um importante mecanismo de participação. Com a ação dos qualificados quadros que tem na SEMA, FZB e FEPAM. Também com a descentralização, fortalecendo os municípios. Fortalecer os municípios não é apenas descentralizar as políticas, mas formar e capacitar os municípios para traçar a política ambiental. Na perspectiva de transversalidade buscar as transversalidades no âmbito do governo para que o projeto do governo possa se implementar e com ações muito claras de desburocratização. O Estado fique atento as perspectivas da sociedade e por outro lado ser o indutor de desenvolvimento com eficiência e agilidade. Duas coisas a dizer: primeiro foi resgatada a tripartite IBAMA, SEMA e FAMURS. É importantíssimo sobre o ponto de vista da gestão ambiental e a implantação das políticas que devem ser implantadas no âmbito da SEMA. É a União, Estado e Município no seu papel de indutores do desenvolvimento com a participação da sociedade. E segundo item é a política de recursos hídricos que precisa ser estruturada. Para as ações dos Comitês de Bacias temos que implementar as nossas Agências de Bacias. Pautado no núcleo estruturante do Governo, as Agências terão de sair nestes quatro anos. Neste processo olhar o Fundo de Recursos Hídricos com a responsabilidade a fim de termos ações concretas para se fazer gestão ambiental nesta area estratégica de recursos hídricos. Terceiro ponto é a implementação da política de resíduos sólidos. Depois de vinte e um anos no Congresso Nacional foi aprovado a Política



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

60 de Resíduos Sólidos e a Conferência de Meio Ambiente desse ano está em torno dessa temática e
61 nós precisamos de acordo com as diretrizes da Política Nacional adequar, acabar com o destino do
62 lixo para aterro sanitário. O lixo pode ser um fator de política social que gerará muito dinheiro. A
63 conferência será na transversalidade e será nas três regiões hidrográficas, pois não conseguem ver
64 essas duas políticas resíduos sólidos e recursos hídricos, em separado. Outro ponto é o incentivo as
65 APPs, mas com outro olhar, temos de revitalizar essas áreas para serem usufruídas pela sociedade,
66 com educação ambiental, turismo e lazer. E ficarmos preparados para o papel de protagonistas em
67 diretrizes, metas e ações de promover a Copa de 2014. Mesmo a copa acontecendo no município de
68 Porto Alegre, ela irá movimentar todo o RS. Informou que entraram na carta consulta do Banco
69 Mundial e no BNDS com duas pautas estratégicas: uma é o Zoneamento Socioeconômicoambiental e
70 a outra o SILAN – Sistema de Licenciamento Ambiental Unificado. Precisamos ter transparência e
71 agilidade, e essa é uma pauta mundial e acredita que terão êxito nesta carta consulta, com o aporte
72 de recursos para o estado do RS. A seguir, a Presidenta Jussara fez a leitura dos ofícios recebidos
73 das indicações das secretarias, apresentou e saudou os representantes estaduais presentes. O Sr.
74 Guilherme Barbosa, diretor de saneamento da SEHADUR, manifestou o interesse de sua secretaria
75 em participar da composição do Conselho. A presidenta informou que será levado em conta nas
76 discussões do Grupo de Trabalho que está cuidando da revisão da composição do CRH.
77 **Comunicações:** Ofício nº 01/11, recebido do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio
78 Ijuí, solicitando a prorrogação do mandato da atual diretoria e plenária até o término do processo de
79 planejamento dos usos da água desta referida bacia hidrográfica. Esta solicitação foi aprovada em
80 reunião ordinária deste comitê em dezembro passado. **1 – Ordem do Dia – 1. Ata da 58ª Reunião**
81 **Ordinária do CRH/RS** – A ata foi encaminhada aos conselheiros e conforme o Regimento não houve
82 manifestações para alteração. Colocado em discussão, não havendo manifestações ata aprovada,
83 com duas abstenções. **2. Resolução Nº 77 – Acordo sobre as retiradas de águas na Bacia**
84 **Hidrográfica do Rio dos Sinos – Ad Referendum** – Viviane Nabinger, Comitê Sinos informou que
85 essa Resolução é de praxe. Todo ano no período de estiagem, apesar que esse ano não foi usada, e
86 sua validade é até 15 de março de 2011. Colocado em votação, aprovado Ad Referendum a
87 Resolução por unanimidade. **3. Proposta de Resolução para prorrogação do mandato das**
88 **diretorias dos Comitês de Bacia** – Paulo Paim explicou que já existe um Grupo de Trabalho no
89 CRH de uma antiga proposta, do início do governo passado, de reformulação desse Conselho. Para
90 permitir um pouco mais de flexibilidade e o conselho possa se modernizar e a Lei ser alterada. Além
91 dos processos eleitorais, regimento interno dos Comitês. Enquanto isso, o DRH licitou vários projetos,
92 processos de planejamento dos usos das águas e esses processos de planejamento pegaram vários
93 Comitês também trocando os plenários e diretorias. Então a cada reunião do CRH um destes
94 Comitês, solicitou a prorrogação do mandato e plenário até o fim do processo, para não desmobilizar
95 as entidades que já haviam sido capacitadas para participar do processo. Devido a estas solicitações,
96 a Secretaria Executiva do CRH achou melhor criar uma minuta de prorrogação que atendesse a
97 todos os comitês em processo de planejamento com esse problema. Colocado em discussão, após
98 várias manifestações, foi acordado que a minuta fosse encaminhada a todos os comitês para
99 contribuições no prazo de quinze dias e após enviar a CTIJ, para montagem de uma minuta final e
100 também pela legitimidade do assunto. Como a resolução não foi aprovada de imediato a presidenta,
101 atendendo a solicitação da Prof. Zuleica Santos, do Comitê Ijuí, colocou em votação o requerimento
102 de prorrogação do mandato da atual diretoria e plenária do Comitê. Após espaço para manifestações,
103 foi aprovada com uma abstenção, a prorrogação do mandato da atual diretoria e plenária, com prazo
104 estabelecido até outubro de 2011, quando termina o processo de planejamento na bacia. **4. Proposta**
105 **de cronograma de reuniões do CRH/RS para 2011** – A presidenta fez a leitura da proposta – 16 de
106 fevereiro, 13 de abril, 15 de junho, 17 de agosto, 19 de outubro, 14 de dezembro. Colocado em
107 aprovação o cronograma 2011 foi aprovado. **5. Expediente Nº 001101-0500/10-9 - Regimento**
108 **Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Litoral Médio** – A presidenta fez a leitura do
109 Parecer do secretário Executivo do CRH/RS informando que a proposta de RI passou pela CTIJ, foi
110 solicitado adequações. A minuta foi encaminhada pela Sec. Executiva ao Comitê, que fez as
111 alterações e aprovou em reunião ordinária. A seguir, colocado em votação o Parecer do Secretário
112 Executivo, aprovado. **6. Plano de Aplicação dos Recursos do FRH/RS para o exercício de 2011:**
113 **Projetos SEMA/DRH, Saneamento, Irrigação, Socioambientais** – A presidenta informou que tem
114 uma proposta a apresentar, na medida em que estão em um processo de transição, que este assunto
115 seja discutido na próxima reunião de abril. Conselheiro Claud questiona se isso não irá atrasar os
116 pagamentos. Paulo Paim pediu a palavra e expôs que tudo que estava em andamento vai continuar.
117 A programação para 2011 é que tem de ser discutida. A presidenta frisou o que disse na reunião do
118 FGC “vamos manter e dar continuidade ao que está em andamento”. Os Departamentos de Recursos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

119 Hídricos e Administrativo, vão trabalhar em conjunto para buscar a apresentação dos gastos do
120 orçamento do ano que passou e já pensar em 2011. E pensar, inclusive, sobre a ótica de 2012.
121 Trabalhar com o orçamento do governo anterior, com aquelas prioridades. Modificando, buscando
122 agilidade e suplementação se for necessário. Buscar através das Câmaras Técnicas as modificações
123 que forem imprescindíveis. Aprovado pelos presentes a apresentação na próxima reunião do CRH da
124 prestação de contas e os projetos financiáveis pelo FRH pela Diretora Nanci e Diretor Fabrício. **7.**
125 **Expediente Nº 4909-0500/09-4 e 5093-0567/09-5 – Recurso Administrativo** - A presidenta solicitou
126 ao ex-diretor Paulo Paim para colaborar por tratar-se de uma questão da gestão anterior com
127 informações mais concretas sobre este assunto. Paim relatou que o DRH tem uma luta sobre a
128 perfuração de poços, as maiorias dos condomínios no interior do Estado perfuram poços e por uma
129 ação do DRH ou Ministério Público são convocados a regularizá-los e são impedidos e convidados a
130 tamponá-los na medida em que existe um Decreto Estadual que diz: onde passa rede de
131 abastecimento público só se pode perfurar em três casos: agricultura, floricultura e indústria. Esse
132 mesmo conselho, através de duas Resoluções, detalhou o que é cada caso, para que isso não
133 ficasse apenas na decisão do diretor do DRH. Acontece que muitos condomínios não aceitam, e não
134 se tem uma posição unanime dos juízes, alguns dão ganho de causa aos condomínios. Neste caso,
135 como em outros casos, eles vêm ao CRH como última instância dentro do Sistema de Recursos
136 Hídricos. Primeiro eles recorrem ao DRH que diz que eles devem tamponar, recorrem aos secretários
137 que enviam ao Setor Jurídico que fala que o DRH está certo e deve ser tamponado o poço. Então,
138 eles recorrem ao CRH que envia a sua Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a exemplo do que
139 ocorreu em outras solicitações, confirmando que o DRH está correto e sugere ao CRH acolha o
140 Parecer de tamponamento. Salienta que agora com a Lei Federal de Saneamento ficou a legislação
141 mais exigente e completou dizendo que o CRH é a última instância administrativa, provavelmente
142 eles vão ao judiciário. Este assunto veio ao CRH na última reunião do ano passado, o Conselheiro da
143 Saúde solicitou que o Parecer fosse encaminhado a todos os Conselheiros como foi feito para essa
144 reunião. Colocado em votação a plenária desacolheu o recurso administrativo interposto pelo Sr.
145 Neocir Izolan Machado, da cidade de Canoas/RS, conforme os expedientes citados na pauta. Após, a
146 Presidenta colocou para apreciação a indicação das servidoras, Nanci B. Giugno e Maria de Lourdes
147 A. Alves, como secretária executiva e secretária executiva adjunta do FRH/RS respectivamente.
148 Indicação acolhida por unanimidade. A presidenta solicitou a inclusão na ordem do dia de um assunto
149 muito importante e surgiu de última hora, o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Paim pediu a
150 palavra e informou que precisa da aprovação do CRH para a retomada do PERH, seu Plano de
151 Trabalho parado deste 2007 quando por uma falha administrativa perdeu o prazo do convênio.
152 Colocado em discussão, com sugestão de um seminário, mas devido à urgência do assunto foi
153 aprovado encaminhar o assunto às três Câmaras de Gestão para sugestões que deverão ser levadas
154 em conta pela empresa e após a convocação de uma reunião extraordinária no dia 16 de março de
155 2011. Acordado entre os presentes uma apresentação rápida e sintética do assunto pela empresa.
156 Henrique Kotzian, da Ecoplan Engenharia, empresa que ganhou a licitação, fez a uma síntese do
157 plano de mobilização social do PERH. Ana Cristina, do Sistema Nacional de Recursos Hídricos
158 sugeriu o planejamento estadual seja integrado ao Nacional. Reforçou a preocupação de integrar o
159 que está previsto no Plano Nacional com o Estadual. A presidenta agradeceu e solicitou que ela
160 como representante, por favor, fizesse isso. **III – Assunto Gerais** - Relato da Câmara Técnica de
161 Gestão da Região Hidrográfica do Guaíba - CTG: Cronograma de Trabalho do Convênio
162 SEMA/METROPLAN – Paulo Paim lembrou que foi acordado que em todas as reuniões do CRH se
163 faria um relato dos trabalhos da Agência de Região Hidrográfica do Guaíba. O cronograma deste a
164 última reunião do CRH até o momento foi cumprido Disse ainda, que antes mesmo de tomarem
165 posse os dirigentes da METROPLAN já tinham conhecimento do convênio e após assumir a ordem
166 foi levar adiante. Neste momento, os trabalhos estão na fase em que a Agência contrataria dois
167 grandes objetos: 1. Um estudo comparativo dos modelos de cobrança utilizados no Brasil e aqueles
168 que já foram utilizados no RS, porque aqui não se aplica nenhum ainda, e através de um quadro de
169 vantagens e desvantagens, propor a escolha de um dos que são utilizados. Ter uma proposta de
170 modelo de cobrança indicada e não decidida. A CEAD, agora dirigida pela Nanci, deverá levar a
171 discussão na plenária dos nove comitês da região do Guaíba. Feito isso num terceiro momento levar
172 por tema, por usuário discutir o modelo que foi pensado, aprovado pelos comitês, passar a discutir
173 valores e critérios de cada em cada um, produtores, indústria, abastecimento público. Sempre dentro
174 daquela lógica que não existe no mundo, um exemplo de cobrança pelo uso da água que tenha
175 inviabilizado, seja a produção rural, industrial ou cidadão. Até mesmo porque é o conjunto que decide
176 que pode pagar, então pode. Informou que a CEAD precisa se reunir para decidir esse trabalho
177 excede o valor para dispensa de licitação que é R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). A alternativa é fazer



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

178 uma carta convite, passando pela Central de Compras do Estado e tem um tempo de duração, antes
179 de março ou abril não conseguimos e com isso rompe o cronograma. Então teremos que discutir o
180 assunto, essa decisão não cabe a Agência decidir e estão levando a CEAD para ser escolhido
181 politicamente. A presidenta lembrou que existe legislação e deveremos achar uma solução. As coisas
182 não podem parar, vamos seguir a legislação e encontrar uma saída. Conselheiro Daniel questionou a
183 construção dessa demanda da região hidrográfica do Guaíba gostaria que se tivesse toda a
184 concentração possível prá que o processo desencadeado junto às plenárias dos comitês não
185 sofresse com esses solavancos da necessidade de regramentos que o Estado tem em relação às
186 contratações. É que já existem demandas criadas junto às plenárias com este tema e caracterizaria o
187 Estado como uma coisa que não funciona. A presidenta afirmou que de um lado há o entendimento
188 de que fazer gestão é desburocratizar o Estado e de outro lado a compreensão de que isso não se
189 faz em um ano ou dois ou três. Por que de repente vem uma expectativa que agora tudo se resolve.
190 O Vice-Presidente Oscar Escher pediu como Secretaria responsável, a compreensão desse momento
191 de transição como o único momento em que houve esse pequeno atraso que será superado. Acha
192 pertinente a colocação do Cons. Daniel e avisa que não será a prática. A presidenta reforçou a
193 relação SEMA e SOP, com a ida de Paim para Metroplan e Nanci para o DRH, é estratégica, e estão
194 trabalhando nessa dinâmica. Oscar Escher complementou que há um entendimento interno de que a
195 SOP não se faz desenvolvimento urbano sem o olhar sobre as águas, gestão das águas. Não tem
196 nada mais moderno do que fazer desenvolvimento econômico com as políticas de irrigação e
197 reservação de águas. Então finalizou dizendo que estão super alinhados com tudo isso. Não havendo
198 mais assuntos a serem tratados, a presidenta Jussara Cony agradeceu pela vinda de todos, as
199 Secretarias, aos Comitês, ao Paim e Nanci e em especial a Carmem, e encerrou a reunião, e eu
200 Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH/RS lavro esta ata.